

APRESENTAÇÃO

Todo o labor historiográfico tem como questão central a percepção da realidade social, da sua estruturação e do desenvolvimento das suas funcionalidades, das suas dinâmicas de integração e de exclusão. As formas culturais, a política e a economia, como a religião, são instâncias de análise e percepção dessas sociedades, tomadas como uma globalidade ou nas suas particularidades interactivas de protagonismos individuais e de grupo.

As sociedades são sempre realidades compósitas, mesmo quando apresentam graus elevados de fusionalidade ou de predominâncias hegemónicas. Aceitar observar a realidade através do binómio maiorias/minorias é penetrar no interior de discursos identitários concorrenciais que explicitam modos de pensar e práticas buscando legitimidades no interior de determinada sociedade.

Sociedades como a portuguesa, onde se desenvolvem processos de descon-fessionalização enquanto identificação com a modernidade contemporânea, tendem a ser percebidas como atravessadas pela “descristianização”, ou mesmo pela “dessacralização”. As recomposições do terreno religioso aparecem marcadas por certo antagonismo: por um lado, constituídas e formatadas por uma realidade considerada homogénea e dominante, que resiste à alteração do seu estatuto ou o pretende impor; e, por outro, desenvolve-se um sentimento, mesmo uma opinião pública, que vê nessa situação um afrontamento desencadeado por minorias fracturantes, tendencialmente tomadas como exterioridade, como perigo.

Todavia, as minorias enquanto sociabilidades não são uma particularidade em si, porque a sua existência social se encontra sempre articulada por um agir e por uma construção discursiva relacional com uma qualquer alteridade, tomada esta como dominadora ou, pelo menos, como instância de aferição ou de contra-posição de identidade.

Em qualquer sociedade, considerada no seu longo processo histórico, não foi, nem é, evidente a possibilidade de se enunciar no seu seio perspectivas e práticas contraditórias respeitantes ao viver colectivo e individual. Neste sentido, mais do que uma história de maiorias ou de minorias, o que está sempre em causa é a questão do tipo de relações existentes numa determinada realidade cultural, política ou religiosa. Mesmo quando esta problemática se apresenta na sua dimensão de etnicidade, o que se tem diante como objecto da observação histórica é uma sucessão de camadas de movimentos de conquista ou de migração, com graus diversos de assimilação ou de resistência.

Não cabe ao estudo da História, como conhecimento crítico, constituir-se em juiz, o que seria um reflexo de divinização e totalitarismo. A História como disciplina e forma de conhecimento exige rigor e é este que lhe confere a necessária isenção para poder descortinar a amplitude da complexidade da existência humana enquanto realidade social, colectiva. O entendimento aprofundado do paralelismo ou da convergência de dinâmicas societárias remete sempre para um todo, incluindo necessariamente os seus aspectos mais materiais, que se torna interrogação sobre o indivíduo e, simultaneamente, o colectivo como sujeito histórico.

Assim se pode entender o significado e valorizar o trabalho de investigação de Rita Mendonça Leite sobre as «Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)», dado à estampa presentemente, nesta colecção do CEHR. Tomando a problemática do enquadramento jurídico, constitucional e penal conferido à religião durante a Monarquia Constitucional, o seu estudo detém-se na complexidade da penetração, por um lado, e na emergência, por outro, de um processo de diferenciação religiosa com as implicações que tal acarreta para um país – uma nação – que se entendia como católica e, por razões diversas, passa a confrontar-se com a possibilidade de outros referenciais identitários por parte dos seus membros, dos seus cidadãos. Como o demonstra a autora, este processo, ocorrendo através de uma disputa religiosa, não se confina a um simples confronto entre catolicismo e protestantismo, mas implica a possibilidade da coesão social integrar distintas formas de se entender a verdade, a autoridade, a liberdade e a consciência individual como instâncias de discernimento.

É através deste temário que Rita Mendonça Leite nos propõe compreender, de maneira mais complexa, o processo de diferenciação cultural e mental na sociedade portuguesa do trânsito do século XIX para o XX, onde se percebe também quanta importância têm para o percurso de uma determinada sociedade os factores exógenos, os quais ganham raízes através de realidades internas de vária ordem, como sejam: a industrialização que traz consigo novas gentes e novas crenças, as reivindicações internas no campo religioso que encontram expressão na apropriação de outros enquadramentos, a realidade da disputa colonial que

conduz à aceitação da presença de outras confissões religiosas em expansão como forma de manutenção da soberania portuguesa em determinados territórios, ou ainda, o espaço de busca espiritual fornecido pela disputa entre o catolicismo hegemónico e as tendências radicais de laicização.

Este trabalho, considerando o primeiro fluxo protestante no seio da sociedade portuguesa contemporânea, não se reduz à descrição desse processo, mas remete para a compreensão do conjunto da realidade portuguesa nesse período correspondente à passagem da confessionalidade constitucional à separação entre as Igrejas e o Estado, pelo menos na sua formalidade jurídica. A instância do religioso permite, assim, alcançar a percepção da lentidão e das contradições nas mudanças de mentalidade presentes em todas as alterações sociais e políticas, onde a realidade existente não se altera por substituição mimética e onde, também, questões como a tolerância e a liberdade de cultos, enquanto expressões para novas possibilidades de convívio social, trazem à colação conflitos próprios da dinâmica concorrencial característica das sociedades de cidadania.

António Matos Ferreira
Director-Adjunto do CEHR